

Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais

MARCOS VINÍCIUS PANSARDI*

Introdução

Afirma-se que a influência do marxismo em todas as áreas das ciências humanas foi imensa ao longo do século XX. Da economia à história, da sociologia à teoria literária, o marxismo não poderia ser ignorado, mesmo por aqueles que se opunham a ele.

No campo teórico das relações internacionais, essa verdade, no entanto, não se concretizou. Durante boa parte do século XX, o marxismo e as relações internacionais permaneceram de costas um para o outro. O marxismo não teve influência nas correntes predominantes das relações internacionais até o final dos anos 1970. Para Halliday (1999), isso pode ser explicado por dois fatores. Primeiro, o fato de que as relações internacionais se desenvolveram inicialmente nas universidades britânicas e norte-americanas, locais onde o marxismo teve pouca influência. Segundo, pelo papel da teoria do imperialismo, que nunca teve boa recepção nas relações internacionais, porque era vista como uma teoria que pouco tinha a dizer sobre a política internacional, centrando-se nos aspectos econômicos da arena internacional.

Segundo alguns estudiosos, a questão internacional apareceria de maneira secundária na obra de Marx. Por um lado, afirmou-se que o próprio Marx nunca chegou a desenvolver estudos específicos e aprofundados sobre a questão internacional. Suas análises sobre o tema, além de pouco sistematizadas e fortemente

* Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), câmpus Paranaguá. E-mail: mvcps@hotmail.com

conjunturais, muitas vezes revelavam doses de eurocentrismo e desconhecimento sobre a complexa realidade para além das fronteiras europeias. Assim, ele não teria chegado a desenvolver uma teoria coerente sobre as relações internacionais.¹ No entanto, pode-se afirmar também que Marx e Engels não se mostraram alheios às questões internacionais, particularmente sobre o fenômeno do colonialismo.² Sabe-se, também, que durante onze anos Marx colaborou, como analista internacional, para o influente jornal norte-americano *New York Daily Tribune*.

Por sua vez, o marxismo foi amplamente marginalizado no campo acadêmico dos estudos sobre as relações internacionais. Quando não ignorado, era educadamente descartado como uma teoria simplista e mecânica (Cox, 1981). É esta a leitura de Hans Morgenthau, considerado o “fundador” dos estudos científicos contemporâneos das relações internacionais. No livro *Política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*, publicado pela primeira vez em 1948, o autor usa apenas duas páginas para analisar o marxismo e o imperialismo, vaticinando que todas as suas conclusões são errôneas. Não há nenhuma citação ou referência a Marx.

Foi Lenin, como se sabe, a grande referência para o estudo das relações internacionais no campo do marxismo.³ Sua utilização do conceito de “imperialismo” passou a ser a grande, senão a única referência teórica de peso no marxismo sobre a questão internacional. Kenneth Waltz, o teórico mais importante da chamada escola neorrealista, mesmo não ignorando o imperialismo como uma teoria relevante no campo das relações internacionais (RI), usa-o como exemplo maior do que considera uma leitura inadequada. Ele divide as teorias das relações internacionais em dois grandes grupos: as “reducionistas” e as “sistêmicas”. A teoria neorrealista seria sistêmica, o que significa compreender que o fenômeno internacional é fruto de causas essencialmente estruturais, externas aos Estados, e não fruto de suas características internas (nacionais) (Waltz, 2002). Já as teorias reducionistas seriam aquelas em que as análises da ordem internacional seriam derivadas de alguma característica interna dos Estados nacionais. Para este autor, o exemplo mais acabado de reducionismo seria a teoria leninista do imperialismo, pois esta, ao determinar as características do sistema por meio de um determinado estágio de evolução das economias nacionais (capitalismo monopolista), estaria eclipsando as determinações sistêmicas que moldariam o sistema internacional. Segundo Waltz, a teoria leninista pecava por ser incapaz de compreender as causas sistêmicas (estruturais) que moldavam a ordem internacional. Era, portanto, uma teoria inadequada para entender os fenômenos internacionais.

1 Veja-se, por exemplo, Ferreira (2002).

2 Cf. os textos reunidos na coletânea, em dois volumes, sob o título: *Sobre o colonialismo*.

3 Rosa Luxemburgo, Bukharin e Kautsky tiveram contribuições importantes, mas historicamente seus estudos provocaram menos impacto sobre os futuros estudos sobre as relações internacionais do que os de Lenin, que continua até hoje a ser a grande referência quando se aborda a teoria do imperialismo.

Gramsci e as relações internacionais

Nosso objeto de estudo aqui não é a teoria leninista do imperialismo. Partimos das críticas de Waltz para analisar as contribuições de Gramsci ao estudo das relações internacionais. Para isso, faremos, neste primeiro momento, uma análise das leituras de Gramsci desenvolvidas nos *Cadernos do cárcere*⁴ sobre a questão internacional, para no final discutirmos as contribuições neogramscianas sobre este tema.

A crítica de Waltz a Lenin colocava como ponto central as explicações sobre as causas da guerra. Para este autor, o reducionismo leninista estaria em compreender esse fenômeno a partir de uma forma específica de Estado (monopolista). A explicação de Gramsci sobre a origem das guerras, por seu turno, aparentemente em nada se diferencia da explicação dada por Lenin, pois, para ele, as guerras entre os Estados se originam da luta interna entre os grupos em cada país:

O grupo dirigente tenderá a manter o melhor equilíbrio não só para sua permanência, mas para sua permanência em condições determinadas de prosperidade e de incremento destas condições. Mas, como a área social de cada país é limitada, será levado a estendê-la às zonas coloniais e de influência, entrando em conflito com outros grupos dirigentes que aspiram ao mesmo fim, ou em cujo prejuízo a sua expansão deveria necessariamente se verificar, já que também o globo terrestre é limitado. Cada grupo dirigente tende em abstrato a ampliar a base da sociedade trabalhadora da qual extrai a mais-valia, mas a tendência de abstrata torna-se concreta e imediata quando a extração da mais-valia na sua base histórica ficou mais difícil ou perigosa, além de certos limites que, todavia, são insuficientes. (Gramsci, Cuaderno 9 (XIV), p.52, §70)

Segundo Buci-Glucksmann (1980, p.182-3), foi só a partir dos escritos de 1919 que Gramsci incorporou em suas análises a questão leninista do imperialismo. Essas leituras propiciaram a ele a compreensão da nova conformação do Estado e de seus aparelhos, a partir das transformações estruturais do capitalismo e da expansão da política do imperialismo.

Se partirmos do princípio de que as leituras gramscianas sobre as relações internacionais se fundamentam nas concepções leninistas, não seria difícil concluir, como afirma categoricamente Carnevalli (2005, p.42), que Gramsci também seria um “reducionista”, pois, ao enfatizar a proeminência do elemento nacional sobre o internacional, Gramsci estaria subordinando o segundo elemento ao primeiro. Isso estaria claramente caracterizado na famosa e sempre citada observação dos *Cadernos*, na qual ele se perguntava se na abordagem teórica da política as relações internacionais determinam ou são determinadas pelas estruturas sociais (nacionais):

4 Utilizaremos neste estudo a versão mexicana dos *Cadernos*, tradução da versão italiana dirigida pelo Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana.

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia etc.). Além do mais, as relações internacionais reagem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). (Gramsci, Cuaderno 8 (XXVIII), p.9-11, §2)

É possível, ainda, observar outros momentos em que Gramsci reforçaria este argumento, procurando reconhecer que sua própria visão estaria alinhada com o pensamento já desenvolvido anteriormente por Marx e por Lenin. Assim, afirmou ele que “segundo a filosofia da práxis (na sua manifestação política), seja na formulação do seu fundador, mas especificamente na definição do seu mais recente grande teórico, a situação internacional deve ser considerada no seu aspecto nacional” (Gramsci, Cuaderno 24 (XVII), p.5-4, §68). Essa afirmação levou alguns autores a negar pertinência ao pensamento de Gramsci no estudo das relações internacionais. Assim, por exemplo, Germain e Kenny (1998, p.20) sustentam que “[...] a natureza histórica de seus conceitos significa que eles recebem o seu significado e poder explicativo principalmente da formação social-nacional de sua terra na qual eles eram exclusivamente usados”. Seu pensamento, portanto, seria referido fortemente para o caso italiano e se circunscreve no espaço das formações políticas nacionais.

No entanto, é possível encontrar nos escritos de Gramsci vários trechos onde ele inverteria a argumentação anterior, mostrando que a questão internacional tem primazia sobre o elemento nacional. Em uma passagem dos *Cadernos* ele afirma que “as relações internacionais estabelecem um equilíbrio de forças sobre o qual cada elemento estatal pode influir muito debilmente” (Gramsci, Cuaderno 6 (VIII), p.73-4, §86); em outro trecho diz que “só se pode julgar a atividade econômica de um país em relação ao mercado internacional, ela existe e é avaliada quando inserida numa unidade internacional” (Gramsci, Cuaderno 9 (XIV), p.28, §32). Ele diz ainda que “quando em um Estado a moeda varia (inflação ou deflação), sucede uma nova estratificação de classes em um mesmo país, mas quando varia uma moeda internacional, sucede uma nova hierarquia entre os Estados [...]” (Gramsci, Cuaderno 15 (II), p.180, §5). E, por fim, ele sentencia que “história é sempre uma ‘história mundial’ e que as histórias particulares vivem tão somente no quadro da história mundial” (Gramsci, Cuaderno 29 (XXI), p.229, §2).

As passagens acima nos permitem não apenas questionar a afirmação da primazia epistemológica do nacional sobre o internacional, como também observar que há em Gramsci uma leitura sistêmica ou estrutural, mesmo que não seja certamente aquela defendida por Waltz, como veremos mais adiante.

A compreensão dialética e não reducionista das relações internacionais fica claramente definida a partir das discussões de Gramsci sobre o conceito de revolução passiva, que permite compreender as relações que se estabelecem entre a formação dos Estados nacionais e o sistema internacional. Também aponta para a relação entre este sistema e o modo de produção capitalista. Para Gramsci, a inserção dos países no sistema capitalista se dá de maneira desigual. Junto às grandes potências econômicas, formam-se países economicamente frágeis e subordinados: são a periferia do sistema, são as colônias, são os países dependentes.⁵

Segundo Morton, autor em geral identificado com a chamada “escola neogramsciana”, Gramsci incorporou o conceito do “desenvolvimento desigual e combinado”, desenvolvido por Trotsky, para entender a característica essencial da organização espacial e escalar do capitalismo. Segundo esse autor, o conceito é a base para se compreender a revolução passiva. Assim, procurou demonstrar que Gramsci desenvolveu a tese de que o capitalismo norte-americano procurou construir sua hegemonia mundial a partir de processos políticos descritos no texto “Americanismo e fordismo”. Esses aspectos extraeconômicos (hegemônicos) seriam a outra face do poder econômico norte-americano (Morton, 2007).

O conceito de revolução passiva compreende, pois, o capital a partir de sua ação política, dos processos de construção de sistemas hegemônicos/dominantes. Assim, compreender a formação dos Estados nacionais (particularmente na periferia do sistema) significa reconhecer como estes se inserem em um processo mundial e que este processo marca seu destino. Os sistemas hegemônicos nacionais só podem ser compreendidos em relação aos sistemas hegemônicos internacionais. Em consequência, as distintas revoluções passivas nacionais devem ser analisadas como variantes determinadas pelas condições de um determinado sistema político internacional em sua inserção em uma determinada conjuntura do capitalismo mundial. As lutas de classe também não podem ser compreendidas apenas a partir de seus aspectos nacionais, mas pelas características tanto econômicas como geopolíticas do capitalismo.

Ainda que Gramsci tenha sido um analista preocupado com a incapacidade da Itália de concluir sua revolução burguesa, com a questão do surgimento do fascismo, dos caminhos da construção de uma revolução comunista autóctone, enfim, um autor profundamente enraizado nas questões nacionais, seria um erro grave pensar que ele não tivesse interesse nas questões internacionais, ou que estas fossem secundárias em seu pensamento. Segundo Jessop, Gramsci interessou-se fortemente pelas relações internacionais e foi um estudioso da “geopolítica e da demopolítica (que outros autores chamam de biopolítica), essenciais para que ele pudesse compreender melhor as implicações políticas do equilíbrio de

5 “O capitalismo é um fenômeno histórico mundial e seu desenvolvimento desigual”, argumentou Gramsci (1977, p.69), “significa que as diferentes nações não podem ocupar, concomitantemente, o mesmo nível de desenvolvimento econômico” (Morton, 2007, p.47).

forças internacionais” (Jessop, 2005, p.434). Para este autor, a leitura gramsciana rompeu com uma visão estado-cêntrica ou nacionalista, dominante nas relações internacionais (Jessop, 2005, p.434)⁶ ao realizar uma interpretação profunda e complexa do fenômeno internacional. O pensamento de Gramsci combina análises em diversos níveis (escalas), indo da análise nacional à internacional, das classes ao estudo das instituições internacionais, das relações entre o Estado, às organizações internacionais e às ordens mundiais. Em realidade, ele rompeu com a dicotomia tradicional do (neo)realismo entre o mundo interno e o externo da política.

Ao explorar a dimensão internacional das relações econômicas, políticas e socioculturais, Gramsci não assumiu que as unidades básicas das relações internacionais eram as economias nacionais, os Estados nacionais, ou as sociedades civis constituídas em nível nacional. Em vez disso, ele explorou as mútuas implicações da organização política e econômica, os seus pressupostos sociais e culturais e as consequências da dissociação das escalas de vida dominante econômica, política, intelectual e moral. (Jessop, 2005, p.433)

Gramsci procura mostrar que a política internacional tem sua origem na arena nacional, no conflito de classes, na conformação das forças sociais nacionais, na constituição e na capacidade de expansão político-econômico-cultural do Estado nacional para além de suas fronteiras, mas observa também que estes processos não podem ser compreendidos sem a referência aos influxos internacionais na ordem nacional. Para ele, a própria construção da ordem mundial moderna está associada à necessidade das classes dominantes nacionais de assegurar sua expansão internacional, ao mesmo tempo em que preservam o controle político nacional.⁷ Como ele próprio nos alertou, é “necessário ter em conta o fato de que as relações internacionais entrelaçam-se com as relações internas dos Estados-nação, criando novas e únicas combinações historicamente concretas” (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p.37, §17). Com efeito, “é certo que o desenvolvimento verifica-se no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é ‘nacional’, e é deste ponto de partida que se devem adotar as diretivas. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de sê-lo” (Gramsci, Cuaderno 14 (I), p.156, §68).

Aqui se evidencia a continuidade entre o pensamento de Gramsci e o de Marx e Engels no campo das relações internacionais, uma vez que estes últimos, metodologicamente, nunca separaram os aspectos internos e externos da política.

6 Para Jessop, apesar de defender uma concepção sistêmica no estudo da política internacional, Waltz seria o maior exemplo de uma leitura “nacionalista”, pois coloca o Estado nacional como o único ator relevante das relações internacionais, sem esquecer que sua leitura tem um viés claramente norte-americano.

7 Assim: “Toda a história, a partir de 1815, mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva deste gênero, para manter o poder ‘econômico-corporativo’ num sistema internacional de equilíbrio passivo” (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p.17, §1).

Ao contrário, viram o interno e o externo, o local e o internacional, a política e a economia, como sendo relacionados dialeticamente (Gill, 2004). Estes elementos formam um par em que a supremacia de um sobre outro não pode ser estabelecida de maneira mecânica. Gramsci tampouco pode ser visto como “Estado-cêntrico” (como os realistas e neorealistas), pois para ele o papel da sociedade civil, assim como dos intelectuais e da luta de classes, é fundamental nos processos de construção de uma hegemonia política. Também nesse caso, o fenômeno não pode ser limitado às fronteiras nacionais:

A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e com a religião, as outras formações internacionais: a maçonaria, o Rotary Clube, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem expedientes políticos de origem histórica diferente e levam-nas a triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas. Uma religião, a maçonaria, os judeus, Rotary etc. podem ser incluídos na categoria social dos “intelectuais”, cuja função, em escala internacional, é a de mediar os extremos, “socializar” as inovações técnicas que permitem o funcionamento de toda atividade de direção, de excogitar compromissos e saídas entre soluções extremas. (Gramsci, Cuaderno 13 (II), p.37, §5)

A teoria desenvolvida por Gramsci não é, pois, nem reducionista nem sistêmica, mas sim dialética, não se enquadrando na tipologia desenvolvida por Waltz, já que esta se baseia em uma visão positivista da ciência. O próprio Gramsci estabelece as relações entre o nacional-internacional de forma análoga à que observamos nas relações entre o estrutural e o superestrutural ou entre o econômico e o político:

Na história real estes momentos se confundem reciprocamente, por assim dizer horizontal e verticalmente, segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais), combinando-se e dividindo-se alternadamente. Cada uma destas combinações pode ser representada por uma expressão orgânica própria, econômica e política. Também é necessário levar em conta que com estas relações internas de um Estado-nação entrelaçam-se as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p.37, §17)

O Estado, para ele, era organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo para além das fronteiras nacionais. Mas esse desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p.37, §17). Uma ideologia nascida num país desenvolvido difunde-se em países menos de-

envolvidos, incidindo no jogo local de combinações. Esses países periféricos, exatamente por terem sido incapazes de realizar sua própria revolução burguesa, acabam incorporando elementos ideológicos dos países dominantes. Aqui aparece outra leitura do conceito de “revolução passiva”.

Uma grande potência se afirma pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão. A força militar sintetiza o valor da extensão territorial e do potencial econômico. (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p.47, §19)

Pode-se observar que, na dialética nacional-internacional, o predomínio de elementos internos sobre os fatores externos (ou vice-versa) está relacionado com a diferença entre uma grande potência e os países periféricos, pois os primeiros têm uma maior capacidade de ação independente e os segundos se colocam em relações de dependência. O exemplo sempre invocado é o da Itália entre 1500 e 1700, que permaneceu incapaz de construir seu Estado nacional, limitada que foi pelo jogo internacional de equilíbrio passivo entre as grandes potências (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p.29, §13).

Classe dominante e projeto de hegemonia

Por outro lado, também a luta de classes desempenha um papel importante na dialética nacional-internacional. As relações entre centro e periferia e o papel de cada Estado-nação no sistema internacional não são apenas frutos dessa própria estrutura. As relações de classes internas a cada Estado e a capacidade dirigente das classes dominantes exercem um papel fundamental.

Uma classe dominante nacional tem de exercer plenamente a hegemonia sobre o conjunto das classes subalternas, a incapacidade de hegemonia interna afeta sua capacidade de expansão externa. As grandes potências se caracterizam exatamente pelo grau de hegemonia das classes dominantes e sua capacidade de criar um consenso interno. Nos países periféricos, as classes dominantes foram incapazes historicamente de constituir sua hegemonia a partir de um projeto “universalizante” que agregasse todas as classes nacionais. Foram incapazes de transformar seu projeto individual de poder em um projeto nacional de desenvolvimento. Assim é que:

Deve-se considerar também na noção de grande potência o elemento “tranquilidade interna”, isto é, o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente: este elemento deve ser situado na avaliação da potência de cada Estado, mas adquire maior importância na consideração das grandes potências. [...] Por isso pode-se dizer que quanto mais forte é o aparelho policial tanto mais fraco é o exército, e quanto mais fraca (isto é, relativamente inútil) a polícia, tanto mais forte

é o exército (diante da perspectiva de uma luta internacional). (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p.30-31, §15)

As classes dominantes não exercem a hegemonia apenas para si, mas para a “grandeza da nação”, assim como esta existe também para a grandeza de suas classes dominantes. Seu projeto deve ser confundido com o projeto da nação, sua legitimidade está nessa capacidade de ocultar seus interesses de classe.

Nos países periféricos as classes dirigentes aliam seus destinos a um projeto estrangeiro; não há um projeto de desenvolvimento autóctone, mas um projeto de dependência.⁸ São sócios menores das classes dominantes internacionais. Portanto, os destinos de um país, sua inserção na divisão internacional do trabalho, sua situação no sistema internacional, dependem essencialmente dos projetos, das escolhas, das estratégias de hegemonia construídas por suas classes dominantes. Seu projeto deve incluir as classes subalternas, elas devem vir a reboque, devem ser aliadas, devem ser a base de sustentação desse projeto. O “nacionalismo” deve ser também um projeto “para” as classes populares, mas não um projeto “das” classes populares. A chave para um projeto de hegemonia interna e também externa está no sucesso de uma ação reformista, das estratégias de conciliação de classe. Na “qualidade” dirigente das classes dominantes encontram-se as explicações fundamentais para o sucesso ou fracasso da construção nacional e internacional de um país.

A riqueza nacional é condicionada pela divisão internacional do trabalho e por ter sabido [a classe dominante] escolher, entre as possibilidades que esta divisão oferece, a mais racional e rentável para cada país. Trata-se, assim, essencialmente, de “capacidade dirigente” da classe econômica dominante, do seu espírito de iniciativa e de organização. Se não existem estas qualidades e a administração econômica baseia-se fundamentalmente na exploração brutal das classes trabalhadoras e produtoras, nenhum acordo internacional pode sanar a situação. (Gramsci, Cuaderno 16 (XXII), p.370-371, §6)

Gramsci mostra que os destinos de uma nação estão tão dependentes da história de suas classes dominantes como a história dos Estados periféricos está

8 Gramsci antecipa em várias décadas o debate que movimentou as sociedades latino-americanas nos anos 1960. A questão italiana, sua incapacidade de construir um projeto nacional, autônomo, de desenvolvimento, aproxima profundamente a abordagem gramsciana das interpretações dependentistas latino-americanas. Os argumentos levantados acima mostram uma aproximação teórica entre as duas abordagens em vários aspectos cruciais. Seria Gramsci um teórico da dependência “avant la lettre”? Ou poderíamos especular se Gramsci chegou a ser um autor de referência para os autores dependentistas? O conceito de revolução passiva envolve elementos de dependência econômica e política que poderiam certamente ter saído dos escritos de Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos etc. Não é o objetivo deste trabalho fazer um estudo sobre a relação entre Gramsci e a “teoria da dependência”, ficando este tema para ser desenvolvido em trabalhos futuros.

entrelaçada à história dos Estados centrais (Gramsci, Cuaderno 15 (II), p.181, §5). Desse modo, como uma primeira conclusão, podemos afirmar que na leitura gramsciana a questão da predominância do elemento nacional sobre o internacional, ou vice-versa, não é uma questão epistemológica abstrata, como em Waltz, mas é fruto das relações complexas entre a estrutura social e a ação humana (classes e luta de classes). É, essencialmente, fruto da luta política.

Hegemonia e imperialismo

Se concluímos que Gramsci dava tanta importância ao fenômeno internacional (pelo menos tanto quanto o nacional), por que há tão poucas referências ao fenômeno do imperialismo? Segundo Buci-Glucksmann (1980, p.182-3), foi só a partir dos escritos de 1919 que Gramsci incorporou a questão leninista do imperialismo. Uma leitura atenta dos *Cadernos do cárcere* nos mostra que Gramsci raras vezes usou a palavra “imperialismo” e quando o fez foi para caracterizar a época em que vivia (“na época atual do imperialismo”), conforme o sentido clássico estabelecido por Lenin: o período da ascensão do capital monopolístico, do capitalismo monopolista de Estado.⁹

A aplicação contemporânea das teorias de Gramsci às relações internacionais também não tem no conceito de imperialismo seu foco central.¹⁰ O conceito-chave para compreender as relações internacionais é o de hegemonia (mundial) e é a partir dele que a chamada “escola italiana” – que, paradoxalmente, tem em dois autores canadenses, Robert W. Cox e Stephen Gill, seus maiores expoentes –, também conhecida por “neogramsciana”, desenvolveu uma rica e original contribuição a este campo de estudos.

Mas este conceito de hegemonia mundial teria sido aceito e utilizado por Gramsci? Teria Gramsci então refutado o conceito de imperialismo de Lenin? É possível se pensar na hegemonia fora do espaço nacional? O conceito de hegemonia seria um conceito passível de ser traduzido para o estudo das relações

9 Esta mesma constatação encontra-se em Fontes (2010, p.115), que se surpreende com o fato de o tema do imperialismo não ser importante na obra gramsciana, inclusive não se encontrando entrada para o conceito no índice temático geral da tradução brasileira dos *Cadernos do cárcere*. Para esta autora, a explicação dessa lacuna estaria no fato de que os estudos de Gramsci, centrados no desenvolvimento do capitalismo italiano, revelariam que, em seu país, o desenvolvimento de uma política imperialista era extremamente limitado pelo caráter subalterno da inserção italiana no sistema político internacional. Como veremos, este argumento é verossímil, mas não é suficiente para explicar a relação de Gramsci com este conceito.

10 Mas, como veremos a partir de Cox (1987), os neogramscianos não negam a existência do imperialismo. Uma exceção é o trabalho de William I. Robinson (2007) (que apesar de não se colocar como membro desta escola utiliza os conceitos gramscianos para estudar as R. I.). Segundo Robinson, a ascensão de uma classe capitalista transnacional integrada a um estado global transnacional superou a noção da existência de interesses nacionais opostos. As relações de classe estão agora tão profundamente internalizadas no interior de cada Estado-nação que a visão clássica de imperialismo como uma relação de dominação externa está exaurida. O fim da expansão territorial do capitalismo é o fim da era imperialista do capitalismo mundial.

internacionais? A última pergunta foi feita pelo próprio Gramsci, ao refletir sobre as condições políticas de sua época:

Será ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou então o mundo já está de tal modo unificado na sua estrutura econômico-social que um país, mesmo podendo ter “cronologicamente” a iniciativa de uma inovação, não pode, porém, conservar o “monopólio político” e, portanto, servir-se dele como base da hegemonia? Logo, que significado pode ter hoje o nacionalismo? Não será ele possível apenas como “imperialismo” econômico-financeiro, e não mais como “primado” civil ou hegemonia político-intelectual? (Gramsci, Cuaderno 13 (XXX), p.64-65, §26)

Essa dúvida de Gramsci sobre a possibilidade da hegemonia no sistema internacional revela mais a sua visão da conjuntura histórica que ele vivia, não a impossibilidade real ou teórica de que uma hegemonia mundial se estabelecesse. Como vimos anteriormente, ele concordava com Lenin que aqueles eram tempos do domínio imperialista, caracterizado essencialmente pela coerção e não pelo consenso. Mas não se encontra nos escritos de Gramsci uma refutação do conceito de imperialismo, sua postura é de reconhecer um Lenin um precursor, mas ao mesmo tempo, reconhecer a necessidade de complementar esse conceito.

Gramsci reconhece em Lenin um precursor, afirmando que foi ele que, pela primeira vez, usou o conceito de “hegemonia” e que teria sido esta sua maior contribuição à “filosofia da práxis” (Gramsci, Cuaderno 10 (XXXIII), p.135, §12). Contudo, também afirmou que Lenin formulou esta ideia apenas de maneira embrionária, sem desenvolver este conceito adequadamente, já que todas as suas atenções estavam voltadas para a questão nacional. Este argumento aparece na sua conhecida formulação sobre as diferenças entre o Oriente e o Ocidente, entre a guerra de movimento e de posição, entre a Rússia e a Europa Ocidental, distinção esta de que, segundo Gramsci, o próprio Lenin tinha consciência (Gramsci, Cuaderno 7 (VII), p.157, §16).

Mesmo tendo precedentes em Lenin, a conceituação da hegemonia como um tema central da política contemporânea e como uma análise das características diferenciadas do poder burguês no Ocidente apenas aparece em Gramsci, assim como veremos, sua extensão para a esfera da política internacional. Para compreender a novidade e a importância das concepções de Gramsci, voltemos ao conceito de imperialismo como desenvolvido por Lenin. Para ele, o imperialismo não é simplesmente uma evolução do capitalismo em geral, mas produto de uma fase específica que ele chamou de “capitalismo monopolista”, a qual se caracteriza “do ponto de vista econômico, [pela] substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas” (Lenin, 1982, p.641).

A passagem do capitalismo de livre concorrência para o monopolista tem de ser compreendida a partir de uma crise de acumulação provocada pelo próprio

crescimento estrutural do sistema. A livre concorrência significava uma separação de certa maneira rígida entre a acumulação capitalista e o Estado liberal, que expressava a separação entre dominação política e dominação econômica. Com a crise da economia capitalista, o Estado burguês mudou suas funções, rompendo com os limites da ação do Estado na economia e iniciando um processo de centralização, intervenção e militarização. A partir desse momento, a expansão dos interesses mercantis das burguesias nacionais para além de suas fronteiras seria patrocinada e protegida pelos seus respectivos Estados, o que levaria inevitavelmente ao choque de interesses econômicos traduzidos nas guerras interimperialistas. Portanto, dois processos que caminhavam relativamente em paralelo no capitalismo concorrencial passam a se interpenetrar e influenciar mutuamente.

Assim, a teoria do imperialismo não aborda apenas as relações de exploração dos países periféricos pelos países centrais, mas também os conflitos e as relações hierárquicas que se estabelecem entre as potências capitalistas. Junto à construção de um mercado mundial capitalista, que funciona por cima dos limites das fronteiras nacionais, existe um sistema mundial de Estados nacionais, organizado sobre uma estrutura de classes e de luta de classes que constitui o seu piso fundamental. É nesses dois “níveis” que se estabelece a estrutura orgânica do sistema capitalista.

Para Gramsci, há uma clara diferenciação entre hegemonia (primado civil, momento político-ideológico) e imperialismo (momento econômico-financeiro). Aqui teríamos a chave para compreender a visão gramsciana sobre as relações internacionais e sua diferenciação em relação a Lenin: assim como na esfera nacional, também no campo internacional o poder político pode ser compreendido sob a dialética coerção-consenso, ou seja, dominação (imperialismo) e hegemonia mundial. Enquanto Lenin colocou para si a tarefa de compreender os processos caracterizados pelo predomínio econômico, pelo império da força política e da preponderância estatal nas relações internacionais, Gramsci, por seu turno, procurou concentrar seus esforços na compreensão dos processos onde o consenso se sobrepõe à coerção, quando a sociedade civil se sobrepõe aos Estados, quando se dá a preponderância do momento político-ideológico sobre a economia.¹¹

Gramsci observou a importância de compreender a construção de processos hegemônicos, não apenas nos processos verticais (colonialismo), mas também nos horizontais (relações interimperialistas). Essa novidade foi bem compreendida por Arrighi, quando procurou definir o conceito de hegemonia, na perspectiva de relações internacionais:

O conceito de “hegemonia mundial”, adotado aqui, se refere ao poder que um Estado tem de exercer funções governamentais sobre um sistema de Estados soberanos.

11 Isso não significa que Lenin tenha compreendido o conceito de imperialismo como pura economia, em seu texto ele deixou claro que o fenômeno não poderia ser reduzido a apenas um aspecto da realidade social, lamentando, contudo, não poder desenvolver o conceito para além deste aspecto (Fontes, 2010, p.114).

Em princípio, esse poder não envolve só a administração usual desse sistema tal como foi instruída numa determinada época. No entanto, como veremos, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre envolve, na prática, algum tipo de ação transformadora que altera o modo de operação do sistema de maneira fundamental. Esse poder é algo mais do que “dominação” pura e simples. É o poder associado ao domínio ampliado pelo exercício da “liderança intelectual e moral”. Como enfatizado por Gramsci a respeito da hegemonia no plano nacional, [...] a hegemonia é o poder *adicional* que resulta da capacidade de um grupo dominante apresentar, num plano universal, todas as questões em torno das quais gira o conflito. (Arrighi, 2007, p.227-8)

Seria possível então pensar o sistema internacional a partir do conceito de hegemonia mundial? Seria possível compreender a história do sistema mundial capitalista por meio deste conceito? É central lembrar que Gramsci colocou todas as questões em torno das quais se acende a luta política não num plano corporativo, mas num plano “universal”. Assim se daria com a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. Ou seja, a hegemonia não pode ser restrita ao campo nacional, pois

toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação educacional que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (Gramsci, Cuaderno 10 (XXXIII), p.210, §44)

Os neogramscianos, o imperialismo e a hegemonia mundial

A grande contribuição da chamada “escola italiana” ou neogramsciana das relações internacionais é sua tentativa de, a partir dos escritos de Gramsci, construir uma teoria marxista das relações internacionais, que possibilitasse analisar as características do sistema internacional contemporâneo. Mesmo que alguns autores questionem a validade desta releitura de Gramsci, não se pode negar que estes se tornaram os responsáveis por inserir o marxismo no debate do campo da teoria das relações internacionais, contribuindo para ampliar o debate nesse campo, que se limitava à disputa conservadora entre realistas e liberais norte-americanos.¹²

Inicialmente, é importante lembrar que os neogramscianos sustentam a ideia de uma hegemonia “transnacional” focada nas instituições e forças sociais que atuam em uma sociedade civil global. Este processo seria fruto da transnacionalização do capitalismo e da formação de uma classe transnacional. Assim, projetos hegemônicos se formam e operam também em um espaço social transnacional,

12 Para uma análise da contribuição dos neogramscianos neste debate, veja-se o texto de Ana Garcia (2010): “Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial”.

dado que a política ainda está organizada dentro do contexto de um Estado ou de vários Estados nacionais.

Procuraremos responder a estas questões, deixadas em aberto por Gramsci, tomando por fio condutor as ideias de Robert Cox. Ele inicia suas indagações com a pergunta inicial já formulada por Gramsci: seria o conceito de hegemonia (em Gramsci) aplicável no nível internacional ou mundial (Cox, 1987)? Na sua resposta, ele afirma que a hegemonia deve ser compreendida no contexto da criação de ordens hegemônicas. Essas construções não são naturais, ao contrário, são sempre o resultado final de um projeto de expansão de um Estado hegemônico. Assim, essas ordens podem se caracterizar por terem ou não o caráter hegemônico, ou seja, de serem ou não dominantes. Para Cox (2007), a partir de 1845, podem se identificar quatro períodos: 1845-1875, 1875-1945, 1945-1965 e de 1965 até os dias atuais.

O primeiro período se caracterizou pela constituição de uma ordem hegemônica, com o predomínio econômico e militar da Grã-Bretanha: a *Pax Britannica*. Ela se traduziu na construção de princípios e instituições que universalizaram seu domínio: a teoria das vantagens comparativas, o comércio livre e o padrão ouro. O segundo período se caracterizou pela desconstrução da ordem anterior; foi um período não hegemônico. O equilíbrio de poder se rompe e uma fase de instabilidade se abre com vários países lutando pela supremacia. O terceiro período estruturou-se a partir do predomínio dos Estados Unidos, que construíram uma ordem hegemônica a partir da construção de um amplo leque de instituições econômicas e políticas internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, OMC, ONU etc.). Finalmente, no quarto período, o grande debate entre os especialistas seria sobre a crise da hegemonia norte-americana.¹³

Assim, para Cox, fica claro que o período em que escreveu Gramsci era realmente não hegemônico, ou seja, podemos reconhecer com ele a impossibilidade de usar o conceito para aqueles anos, mas afirma que a questão seria apenas conjuntural e não teórica. Na leitura de Cox, a distinção entre hegemonia e dominação nos remete à questão do imperialismo. Qual a relação entre imperialismo e hegemonia? São conceitos similares, homônimos ou contrastantes? Inicialmente, ele afirma que o imperialismo é um conceito que na prática tem de ser redefinido com referência a cada período histórico. Sendo este uma dimensão das ordens mundiais, explicita o caráter vertical das relações de poder para além das relações horizontais de rivalidade e confronto interimperialistas, as relações de dominação político-econômicas são relações imperialistas. Isso significa que as relações hegemônicas não se figuram como relações de subordinação imperialistas, pois

13 Segundo Arrighi (2007, p.227) o possível declínio do poder mundial dos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980 levou a uma “onda de estudos sobre a ascensão e queda das ‘hegemonias’ (Hopkins; Wallerstein, 1979; Bousquet, 1979, 1980; Wallerstein, 1984b), ‘potências mundiais’ (Modelski, 1978; 1981, 1987), ‘núcleos’ (Gilpin, 1975) e ‘grandes potências’ (Kennedy 1987-1988)”.

estas se caracterizariam como momentos de forças militares, do poder econômico, de guerra de movimento e não de posição (Cox, 1981)?

Aparentemente de maneira contraditória, em outro momento Cox se refere aos três primeiros períodos citados acima com outra terminologia: o período 1845-1875 seria caracterizado pelo “imperialismo liberal”; o segundo, 1945-1965, de “novo imperialismo”; e o período posterior a 1965, de “imperialismo neoliberal”. Mas mesmo ele reconhece que usar o termo imperial ou imperialismo obscurece as diferenças entre as ordens hegemônicas e não hegemônicas (Cox, 2007).

Na releitura da obra de Gramsci, Cox propõe outra abordagem das relações entre imperialismo e hegemonia das relações internacionais. Nas suas análises, não se observa nenhum questionamento do uso alternado do conceito de imperialismo e de hegemonia. Assim sendo, minha leitura aponta que, para este autor, hegemonia caracteriza um tipo de processo político que coloca a primazia dos momentos de consenso sobre a coerção, quando o contrário acontece, poderíamos chamar este processo de dominação. O imperialismo abrangeria ambos os conceitos, seja em ordens hegemônicas ou não hegemônicas, isto é, dominantes. As ordens mundiais, por seu turno, caracterizariam as construções políticas geradas pela expansão de uma grande potência, uma soma de um estado internacionalizado mais uma sociedade civil global.

Conclusão

Partindo das análises de Cox, poderíamos concluir que em Gramsci imperialismo e hegemonia são dois momentos não excludentes, nem contraditórios, mas dialéticos dos processos de formação dos sistemas internacionais. Tanto ele como Lenin viveram e analisaram a política internacional em sua conjuntura histórica específica: a era do capitalismo monopolista.

Certamente, nem Gramsci, nem os neogramscianos têm algo muito original a dizer sobre o imperialismo; sua grande contribuição teórica é pensar as ordens ou sistemas mundiais a partir do conceito de hegemonia. Neste sentido, tanto complementam como ampliam o conceito de imperialismo.

Ao contrário de outros autores (liberais ou pós-modernos) que apontam a falência do Estado como ator fundamental do sistema internacional, a leitura neogramsciana se ancora fortemente no Estado, certamente não no sentido em que ele é compreendido pelos realistas, nem tampouco no de Lenin. Essa leitura não é contraditória com a afirmação de Gramsci de que a hegemonia mundial se centra nos processos de hegemonia civil (sociedade civil). O Estado concebido por Gramsci e os neogramscianos, não custa lembrar, é um complexo Estado-sociedade civil, que se origina na esfera nacional, contudo, se expande internacionalmente (o Estado internacionalizado de Cox). Incontestavelmente, as ferramentas que Gramsci nos forneceu para compreender a estrutura e os conflitos dos sistemas internacionais continuam atualíssimas.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, G. As três hegemonias do capitalismo histórico. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.
- CARNEVALLI, G. A teoria da política internacional em Gramsci. In: MAZZAROBA, O. (Org.). *Gramsci, Estado e relações internacionais*. Florianópolis: Fund. Boiteaux, 2005.
- COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.
- _____. Social forces, States and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, R. O. (Ed.). *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press, 1981.
- _____. *Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History*. New York: Columbia University, 1987.
- FERREIRA, M. Europa, Afeganistão e África do Norte: uma introdução às análises de Marx e Engels sobre os conflitos internacionais. *Crítica Marxista*, n.15, out. 2002.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- GARCIA, A. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. *Contexto Internacional*, n.32, 2010.
- GERMAIN, R.; M. KENNY. Engaging Gramsci: International Relations Theory and the New Gramscians. *Review of International Studies*, 24(1). 1998.
- GILL, S. International Relations. In: HAUG, W. F. (Ed.). *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus*. Berlin/Hamburg, Argument, 2004.
- GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*. 6.vols. México, D.F.: Ed. Era, 1986.
- _____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- JESSOP, B. Gramsci as a Spatial Theorist. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v.8, n.4, December 2005.
- LENIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. v.1.
- MARX, K.; F. ENGELS. *Sobre o colonialismo*. São Paulo: Mandacaru, 1989.
- MORGENTHAU, H. *Política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: IOESP, 2003.
- MORTON, A. D. A geopolítica do sistema de estados e o capitalismo global em questão. *Revista Sociologia e Política*, n.29, nov. 2007.
- PANSARDI, M. V. Relendo Lenin: Um balanço do debate contemporâneo sobre o Imperialismo. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.4, n.1, p.5-19, jun. 2012.
- ROBINSON, W. I. Beyond the Theory of Imperialism: Global Capitalism and the Transnational State. *Societies Without Borders*, 2, 2007.
- WALTZ, K. N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

Resumo

Neste texto é proposto um estudo sobre a análise das relações internacionais desenvolvida por Gramsci nos *Cadernos do cárcere*. Partindo-se do princípio de que o autor raramente utilizou o conceito de imperialismo em seus escritos, a questão central que se coloca é a existência de uma possível incompatibilidade do uso dos conceitos de hegemonia e imperialismo nesta obra. Conclui-se, a partir dessas leituras e da análise adicional dos trabalhos de Gramsci e dos autores neogramscianos, que estes conceitos são complementares e não antagonísticos.

Palavras-chaves: imperialismo; hegemonia mundial; Gramsci; Cadernos do cárcere.

Abstract

A theory of global hegemony: Gramsci as theorist of international relations

This text proposes a study on the analysis of international relations developed by Gramsci in the *Prison Notebooks*. Based on the principle that the author rarely used the concept of imperialism in their writings, the central question that arises is the existence of a possible incompatibility of the use of the concepts of hegemony and imperialism in this work. It is concluded from these readings and additional analysis of the works of Gramsci and the authors neo-gramscians that these concepts are complementary not antagonistic.

Keywords: imperialism; global hegemony; Gramsci; Prison Notebooks.